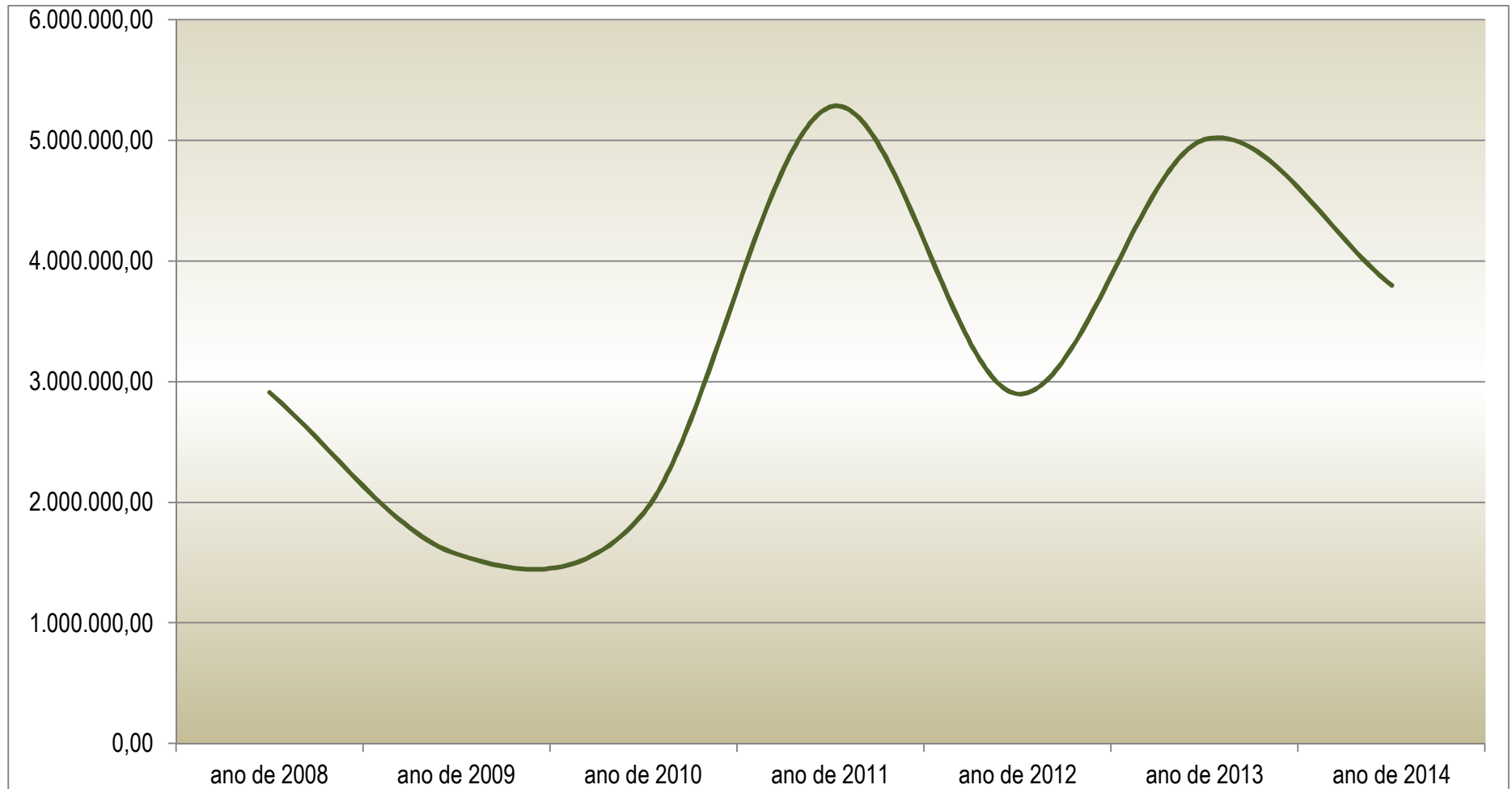




**LDO para 2012**  
ANEXO DE METAS  
FISCAIS

Conta	realizado	realizado	realizado	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>DESPESAS</b>	<b>20.045.459,69</b>	<b>17.471.474,30</b>	<b>21.185.500,33</b>	<b>28.740.000,00</b>	<b>24.400.000,00</b>	<b>27.653.204,44</b>	<b>29.006.790,83</b>
.DESPESAS CORRENTES	17.132.640,32	15.899.139,68	19.271.666,32	23.359.051,02	21.442.809,45	22.580.260,28	25.139.035,70
..PESSOAL E ENCARGOS	8.304.827,60	9.040.373,65	11.012.407,07	11.761.328,31	12.427.813,55	13.354.365,41	14.496.894,23
...JUROS E ENCARGO DA DÍVIDA INT			0,00	100.777,77	10.000,00	10.000,00	10.000,00
..OUTRAS DESP.CORRENTES	8.827.812,72	6.858.766,03	8.259.259,25	11.496.944,94	9.004.995,90	9.215.894,86	10.632.141,47
.DESPESAS DE CAPITAL	2.912.819,37	1.572.334,62	1.913.834,01	5.280.948,98	2.899.654,37	5.009.654,37	3.798.136,37
..INVESTIMENTOS	2.258.646,36	1.086.734,40	1.439.780,72	4.733.456,00	2.379.654,37	4.479.654,37	3.258.136,37
..INVERSÕES FINANCEIRAS			0,00	80.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
..AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	654.173,01	485.600,22	474.053,29	467.492,98	480.000,00	490.000,00	500.000,00
..OUTRAS DESP.DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00			
.DESPESAS INTRAORÇAM.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
..JUROS E ENCARGO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
..OUTRAS DESPESAS INTRAORÇAM.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA FINANCEIRA RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
.RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	57.536,17	63.289,79	69.618,77
Resultado Orçamentário	-1.024.191,78	157.912,25	2.172.435,77	0,00	0,00	0,00	0,00

## **Evolução das Despesas de Capital de 2008 a 2014.**



**MEMORIA E METODOLOGIA DE CALCULO**  
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso II

Foi adotado o critério de cálculo da previsão da Receita previsto na Lei 4.320/64 e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, ou seja, a média dos últimos três exercícios, que representam a base de cálculo vezes a projeção do PIB vezes a projeção da inflação. No entanto, em decorrência da crise de crédito e liquidez de 2008, cria-se acentuada necessidade de mensuração adequada do orçamento. Analisando a série histórica, é fato que a receita teve uma queda no ano de 2009, mas em 2010 a Receita recuperou-se e por motivo desta sazonalidade, foi acrescentado 18% e 22% (40%) a mais nas projeções do PIB para recompor a média. Pelos motivos expostos e considerando as premissas econômicas do Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda, foram adotadas as taxas estimadas para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) conforme amplamente divulgado pela mídia, acrescentando os 18% da recuperação da receita de 2009 para 2010 e mais 22% de 2010 para 2011 conforme previsões aprovadas.

Pernambuco.com, 15/03/2011: **PIB** 2011=4,10%; 2012=5,5%; 2013=6,5%; 2014=6,5%.  
Jornal do Brasil, 09/03/2011: **PIB** 2011=4,29%; 2012=4,5%.  
Globo.com, 21/02/2011: **PIB** 2011=4,50%; 2012=4,5%;

**Inflação** 2011=5,82%; 2012=4,5%.  
**Inflação** 2011=5,78%; 2012=4,80%.  
**Inflação** 2011=5,79%; 2012=4,78%.

Com base nesses dados, foi adotado:

**PIB** 2011=4,00%; 2012=5,0%; 2013=6,0%; 2014=6,0%.

**Inflação** 2011=5,80%; 2012=4,7%; 2013=4,5%;  
2014=4,5%.

As exceções da mensuração da Receita com base nos critérios acima são as seguintes: Dívida Ativa: Pretende-se intensificar a cobrança da Dívida Ativa. Acredita-se que a implementação deste procedimento será um incentivo ao pagamento do IPTU. Logo, esta Receita foi estimada para mais. ISSQN: Com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, a perspectiva de aumento da Receita é superior. ITBI: Foi estimado para baixo porque houve caso atípico de arrecadação com ITBI no período da média que impactou em uma média mais alta. ICMS: Estudos e ajustes no VAF repercutirão em um acréscimo do índice de participação, podendo assim contar com um aumento na transferência. IPVA: Foi estimado para mais em virtude das premissas de continuidade do crescimento do setor automobilístico. FUNDEB: Foi estimado para mais em função das premissas divulgadas pelo FNDE. Convênios: As expectativas de convênios são tão positivas quanto os anos anteriores. Operações de Crédito: Não se pretende contratar os valores da série histórica.

	2011		2012		2013		2014	
Crescimento do PIB ajustado:	para 2011	<b>1,0560</b>	para 2012:	<b>1,0700</b>	para 2013:	<b>1,0840</b>	<b>1,0840</b>	
Inflação ajustada:	para 2011	<b>1,0812</b>	para 2012:	<b>1,0658</b>	para 2013:	<b>1,0630</b>	<b>1,0630</b>	



**LDO para 2012**  
ANEXO DE METAS  
FISCAIS

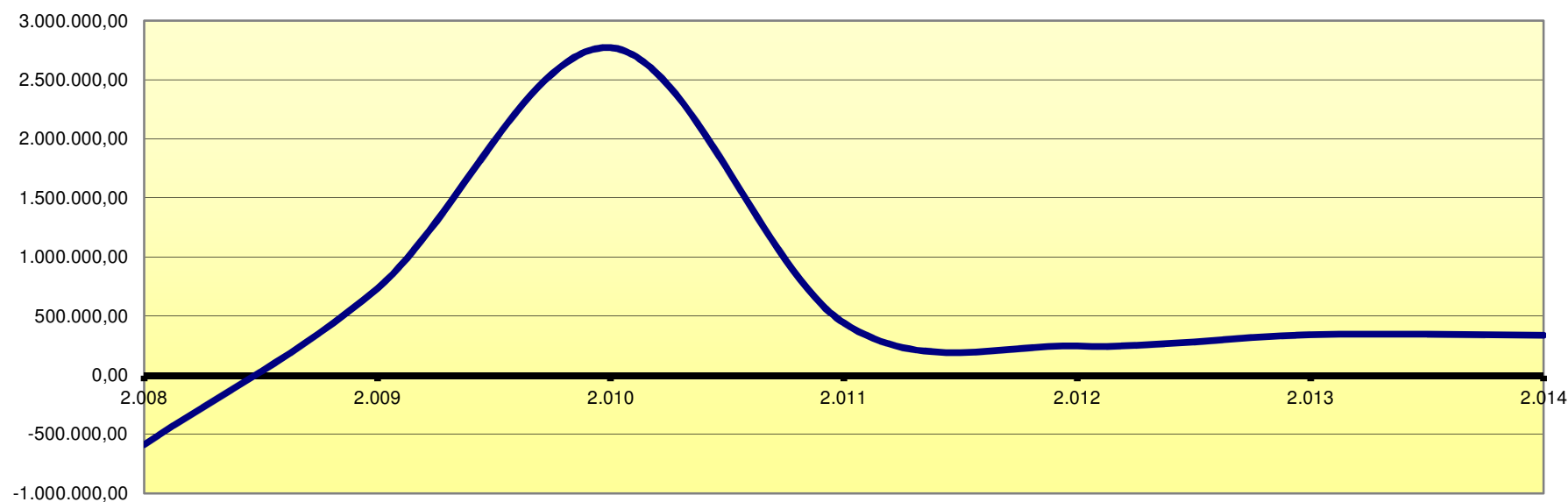
<b>EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso III							
Conta	realizado	realizado	realizado	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>PASSIVO</b>	<b>4.898.588,21</b>	<b>14.068.026,63</b>	<b>17.320.711,17</b>	<b>18.732.337,89</b>	<b>20.318.774,13</b>	<b>23.305.210,38</b>	<b>25.477.301,29</b>
.PASSIVO FINANCEIRO	1.203,53	222.004,15	418.654,41	0,00	0,00	0,00	0,00
..RESTOS A PAGAR	1.203,53	222.004,15	418.654,41	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...OUTROS ANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
..SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00				
...DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...Depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
..TRANSF.FINANC.A CONCEDER	0,00	0,00	0,00				
.PASSIVO PERMANENTE	4.897.384,68	2.735.106,82	2.261.053,53	1.793.560,55	1.313.560,55	823.560,55	323.560,55
..DÍVIDA FUNDADA INTERNA	4.897.384,68	2.735.106,82	2.261.053,53	1.793.560,55	1.313.560,55	823.560,55	323.560,55
...POR CONTRATO	4.897.384,68	2.735.106,82	2.261.053,53	1.793.560,55	1.313.560,55	823.560,55	323.560,55
....Dívida de Longo Prazo	4.897.384,68	2.735.106,82	2.261.053,53	1.793.560,55	1.313.560,55	823.560,55	323.560,55
....OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
..PROVISÃO MATEMÁTICA	0,00	0,00	0,00				
...POR TÍTULOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
....OUTROS							
..PARTICIP.CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>.ATIVO REAL LÍQUIDO</b>	<b>8.052.301,66</b>	<b>11.110.915,66</b>	<b>14.641.003,23</b>	<b>16.938.777,34</b>	<b>19.005.213,58</b>	<b>22.481.649,83</b>	<b>25.153.740,74</b>

**LDO para 2012**  
ANEXO DE METAS  
FISCAIS

<b>JUSTIFICATIVA DA CONSISTÊNCIA DAS METAS ANUAIS</b>							
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso II							
Conta	realizado	realizado	realizado	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Base de cálculo: Impostos/Transferências	15.124.967,03	13.454.505,74	16.881.572,25	18.320.000,00	21.650.941,07	23.256.840,12	25.409.817,32
Educação 25% - Valor mínimo	3.781.241,76	3.363.626,44	4.220.393,06	4.580.000,00	5.412.735,27	5.814.210,03	6.352.454,33
Educação 25% - Valor aplicado	3.898.759,67	3.733.332,21	5.644.815,41	6.194.376,93	5.412.735,27	5.814.210,03	6.352.454,33
Educação 25% - % aplicado	25,78%	27,75%	33,44%	33,81%	25,00%	25,00%	25,00%
Para que os gastos com educação alcancem o índice obrigatório, faz-se necessário a aplicação conforme demonstrado acima.							
FUNDEB - gastos	2.519.945,35	2.831.625,67	3.699.690,31	3.260.000,00	3.323.129,15	3.694.870,70	3.875.846,85
FUNDEB-Recursos Não Aplicados Ex.ant.	0,00	0,00	43.210,12	0,00			
Aplicação total mínima - 95%	2.538.972,97	2.859.881,36	3.427.926,14	3.415.000,00	3.323.129,15	3.694.870,70	3.875.846,85
Aplicado total	99,25%	99,01%	107,93%	95,46%	100,00%	100,00%	100,00%
FUNDEB - 60% magistério valor mínimo	1.523.383,78	1.715.928,82	2.030.829,61	2.049.000,00	1.993.877,49	2.216.922,42	2.325.508,11
FUNDEB - 60% magistério valor aplicado	1.860.426,78	2.150.451,91	2.718.057,95	2.040.840,00	1.993.877,49	2.216.922,42	2.325.508,11
FUNDEB - 60% magistério % aplicado	73,27%	75,19%	79,29%	59,76%	60,00%	60,00%	60,00%
Para garantir que, dos gastos com FUNDEB, 60% seja aplicado na valorização dos professores, deve-se aplicar os valores acima.							
Saúde 15% - Valor mínimo	2.268.745,05	2.018.175,86	2.532.235,84	2.748.000,00	3.247.641,16	3.488.526,02	3.811.472,60
Saúde 15% - Valor aplicado	3.258.423,45	2.563.141,93	3.277.204,23	3.391.434,23	3.662.748,97	3.955.768,89	4.272.230,40
Saúde 15% - % aplicado	21,54%	19,05%	19,41%	18,51%	16,92%	17,01%	16,81%
Para a garantia da manutenção dos serviços essenciais de saúde no município e para que se alcance o índice mínimo exigido por lei, deve-se aplicar os valores acima.							
Receita Corrente Líquida	18.852.567,91	17.429.386,55	23.030.636,10	25.010.000,00	23.014.469,55	24.730.306,32	26.846.100,42
Pessoal 54% executivo - valor máximo	10.180.386,67	9.411.868,74	12.436.543,49	13.505.400,00	12.427.813,55	13.354.365,41	14.496.894,23
Pessoal 54% executivo - valor utilizado	7.362.503,37	8.006.564,16	9.901.522,00	11.247.128,31	11.162.017,73	11.994.198,56	13.020.358,70
Pessoal 54% executivo - % utilizado	39,05%	45,94%	42,99%	44,97%	48,50%	48,50%	48,50%
Câmara Municipal				514.200,00	560.478,00	610.921,02	665.903,91
Pessoal 60% consolid. - valor máximo	11.311.540,75	10.457.631,93	13.818.381,66	15.006.000,00	13.808.681,73	14.838.183,79	16.107.660,25
Pessoal 60% consolid. - valor gasto	7.677.402,31	8.386.380,58	10.305.736,14	11.761.328,31	12.427.813,55	13.354.365,41	14.496.894,23
Pessoal 60% consolid. - % gasto	40,72%	48,12%	44,75%	47,03%	54,00%	54,00%	54,00%

<b>RESULTADO PRIMARIO</b>							
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 1º							
Conta	realizado	realizado	realizado	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES	21.262.485,68	19.677.267,00	25.994.912,82	28.262.200,00	25.911.889,54	27.981.443,33	30.346.723,85
RECEITAS DE CAPITAL	168.700,00	200.000,00	327.300,00	3.730.000,00	1.385.530,45	2.922.898,12	2.160.690,41
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	-10.000,00	-200.000,00	-100.000,00	-100.000,00
(-) Rendimentos Aplicações Financeiras	-195.997,58	-122.079,37	-198.727,97	-166.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	-18.700,00	0,00	-82.300,00	-50.000,00	-100.000,00	-120.000,00	-140.000,00
(-) FUNDEB	-2.409.917,77	-2.247.880,45	-2.964.276,72	-3.252.200,00	-2.897.420,00	-3.251.137,02	-3.500.623,43
(=) RECEITAS FISCAIS	18.806.570,33	17.507.307,18	23.076.908,13	28.514.000,00	24.100.000,00	27.433.204,44	28.766.790,83
DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	17.132.640,32	15.797.237,91	19.207.505,25	23.359.051,02	21.442.809,45	22.580.260,28	25.139.035,70
DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	2.912.819,37	1.458.822,32	1.570.717,60	5.280.948,98	2.899.654,37	5.009.654,37	3.798.136,37
(-) Juros e Encargos LIQUIDADADO			0,00	-100.777,77	-10.000,00	-10.000,00	-10.000,00
(-) Amortização da Dívida LIQUIDADADO	-654.173,01	-485.600,22	-474.053,29	-467.492,98	-480.000,00	-490.000,00	-500.000,00
(=) DESPESAS FISCAIS	19.391.286,68	16.770.460,01	20.304.169,56	28.071.729,25	23.852.463,82	27.089.914,65	28.427.172,06
RESULTADO PRIMÁRIO	-584.716,35	736.847,17	2.772.738,57	442.270,75	247.536,17	343.289,79	339.618,77

**RESULTADO PRIMÁRIO**





<b>RESULTADO NOMINAL</b>							
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 1º							
Conta	realizado	realizado	realizado	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
DÍVIDA CONSOLIDADA	4.897.384,68	2.735.106,82	2.261.053,53	1.793.560,55	1.313.560,55	823.560,55	323.560,55
(-) DISPONIBILIDADE DE CAIXA	-977.353,53	-1.326.919,79	-3.723.354,74	-2.009.209,35	-2.009.209,35	-2.009.209,35	-2.009.209,35
(-) DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS	-12.144,09	-41.607,27	-9.776,46	-10.432,97	-10.432,97	-10.432,97	-10.432,97
(+) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	6.342,80	10.671,00	5.671,27	5.671,27	5.671,27	5.671,27
(=) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.907.887,06	1.372.922,56	-1.461.406,67	-220.410,51	-700.410,51	-1.190.410,51	-1.690.410,51

<b>SITUAÇÃO ORÇAMENTARIA</b>							
Conta	realizado	realizado	realizado	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
SUPERÁVIT CORRENTE	4.129.845,36	3.778.127,32	6.723.246,50	4.903.148,98	4.469.080,09	5.401.183,06	5.207.688,15
SUPERÁVIT DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUPERÁVIT TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>157.912,25</b>	<b>2.172.435,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DÉFICIT CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT DE CAPITAL	2.744.119,37	1.372.334,62	1.586.534,01	1.550.948,98	1.514.123,92	2.086.756,25	1.637.445,95
<b>DÉFICIT TOTAL</b>	<b>1.024.191,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
(=) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.907.887	1.372.923	-1.461.407	-220.411	-700.411	-1.190.411	-1.690.411

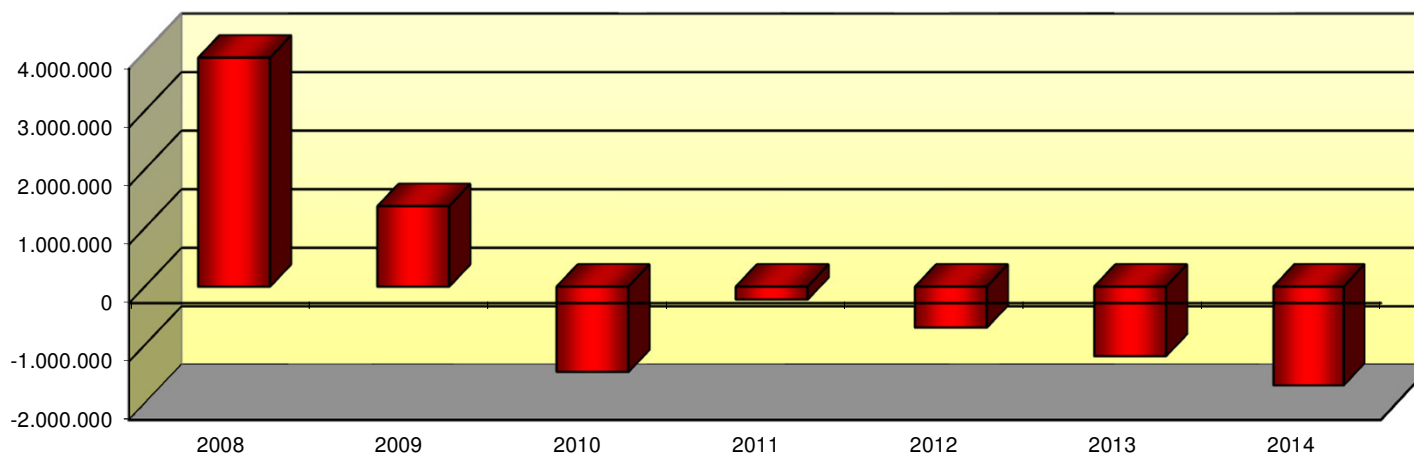
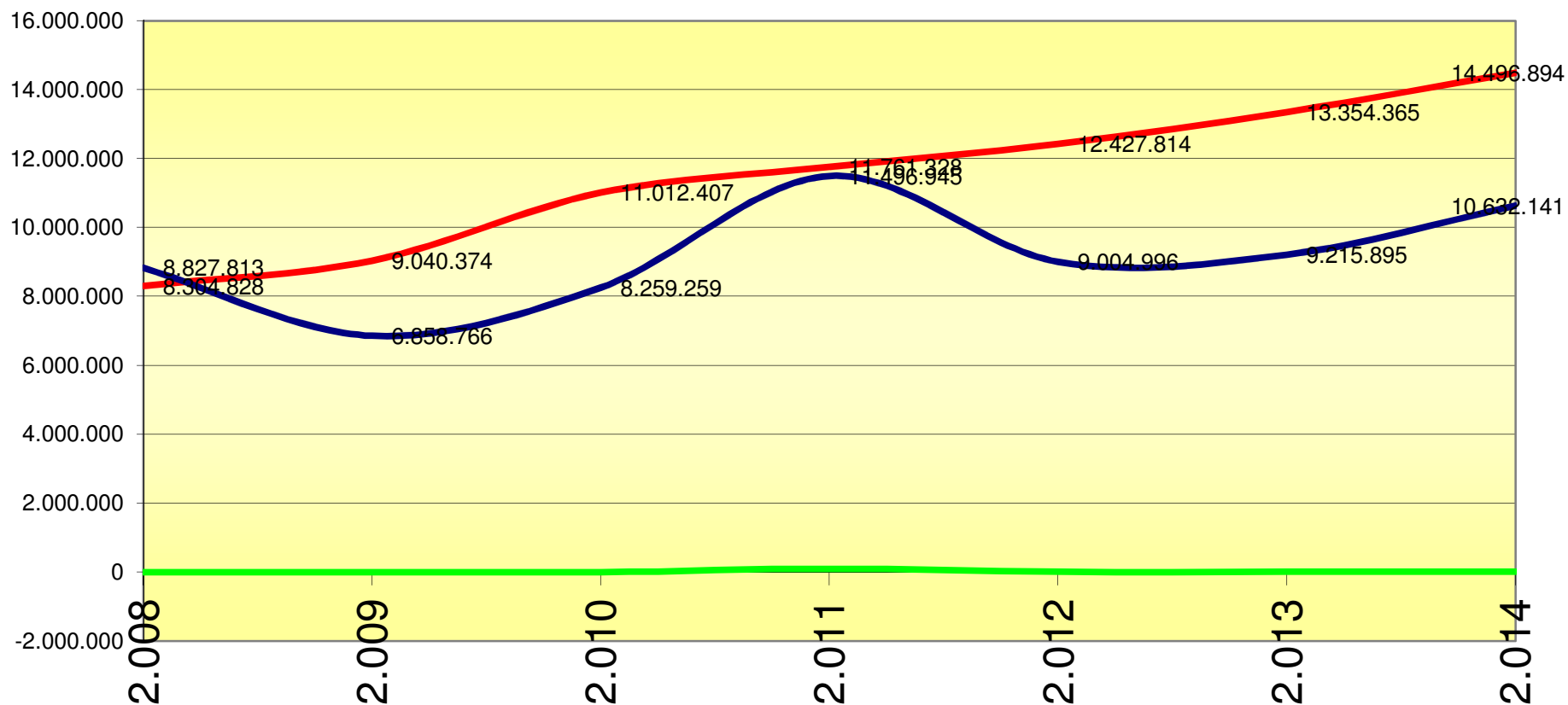


Gráfico  
do decréscimo  
da Dívida Consolidada  
Líquida de 2008 a 2014

<b>MARGEM DE EXPANSÃO DA DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO</b>							
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso V							
	2.008	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014
..PESSOAL E ENCARGOS	8.304.828	9.040.374	11.012.407	11.761.328	12.427.814	13.354.365	14.496.894
..JUROS E ENCARGO DA DÍVIDA INT	0	0	0	100.778	10.000	10.000	10.000
..OUTRAS DESP.CORRENTES	8.827.813	6.858.766	8.259.259	11.496.945	9.004.996	9.215.895	10.632.141



<b>ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>							
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso III							
Conta	realizado	realizado	realizado	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO	PREVISTO
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
...ALIENAÇÃO DE BENS	18.700,00	0,00	82.300,00	50.000,00	100.000,00	120.000,00	140.000,00
Rendimento de aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital realizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo das operações	18.700,00	0,00	82.300,00	50.000,00	100.000,00	120.000,00	140.000,00

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS COM ALIENAÇÃO:	
2011	Equipamentos, Material Permanente e Veículo automotor
2012	Equipamentos, Material Permanente e Veículo automotor
2013	Equipamentos, Material Permanente e Veículo automotor
2014	Equipamentos, Material Permanente e Veículo automotor

<b>AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR</b>				
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso I				
	PREVISTO	REALIZADO	AH	
RECEITAS	23.176.980,00	23.357.936,10	100,78%	A Receita Geral foi muito bem estimada, o que se infere a sua eficácia..
..RECEITAS CORRENTES	24.137.504,00	25.994.912,82	107,70%	
...RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.666.198,40	1.712.146,34	102,76%	Os tributos foram adequadamente estimados, superando um pouco a expectativa.
...IMPOSTOS	1.596.010,00	1.686.758,85	105,69%	
....IPTU	119.416,00	99.724,19	83,51%	
....ISSQN	1.300.000,00	1.346.345,16	103,57%	
....ITBI	40.480,00	110.522,02	273,03%	A superação expressiva da previsão do ITBI permite majorar sua previsão futura.
....IRRF	136.114,00	130.167,48	95,63%	
...TAXAS	70.188,40	25.387,49	36,17%	
...CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00		
..RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	521.180,00	477.927,70	91,70%	
..RECEITAS PATRIMONIAIS	283.446,00	209.159,03	73,79%	
...RENDIMENTOS APLIC.FINANC.	260.278,00	198.727,97	76,35%	
...Rendimento Aplicações FUNDEB	20.000,00	17.051,74	85,26%	
...OUTRAS	3.168,00	10.384,50	327,79%	
..RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00		
..RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00		
..RECEITAS DE SERVIÇOS	121.936,00	106.254,43	87,14%	
..TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.354.640,00	23.383.644,34	109,50%	Um acréscimo de quase 10% nas transferências torna-se muito relevante.
...COTA PARTE DO FPM	8.096.000,00	7.889.767,38	97,45%	
...COTA PARTE DO ICMS	5.869.600,00	6.525.423,29	111,17%	
...COTA PARTE DO IPVA	517.132,00	479.687,98	92,76%	
...COTA PARTE DO IPI	110.308,00	185.239,84	167,93%	
...TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	2.833.600,00	3.367.664,28	118,85%	
...CONVÊNIOS	935.000,00	30.396,53	3,25%	
...OUTRAS TRANSF.CORRENTES	2.993.000,00	4.905.465,04	163,90%	
..OUTRAS REC.CORRENTES	190.103,60	108.427,71	57,04%	
..(-) DED.EXCETO FUNDEB	0,00	-2.646,73		
..RECEITAS DE CAPITAL	1.971.118,56	327.300,00	16,60%	
..OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00		
...ALIENAÇÃO DE BENS	51.118,56	82.300,00	161,00%	
..TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.920.000,00	245.000,00	12,76%	A não realização dos convênios foram compensados pelo aumento das transferências
...CONVÊNIOS	1.700.000,00	245.000,00	14,41%	
...OUTRAS TRANSF.DE CAPITAL	220.000,00	0,00		

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR			
Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso I			
	PREVISTO	REALIZADO	AV
...OUTRAS REC.DE CAPITAL	0,00	0,00	
..(-) DEDUÇÃO FUNDEB	-2.931.642,56	-2.964.276,72	101,11%
.RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	
<b>DESPESAS</b>	<b>23.176.980,00</b>	<b>21.185.500,33</b>	<b>91,41%</b>
.DESPESAS CORRENTES	18.859.861,84	19.271.666,32	102,18%
..PESSOAL E ENCARGOS	10.194.279,97	11.012.407,07	108,03%
...JUROS E ENCARGO DA DÍVIDA INT	708,40	0,00	
..OUTRAS DESP.CORRENTES	8.664.873,47	8.259.259,25	95,32%
.DESPESAS DE CAPITAL	4.267.118,16	1.913.834,01	44,85%
..INVESTIMENTOS	3.352.131,76	1.439.780,72	42,95%
...INVERSÕES FINANCEIRAS	53.572,00	0,00	
..AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	861.414,40	474.053,29	55,03%
..OUTRAS DESP.DE CAPITAL	0,00	0,00	
.DESPESAS INTRAORÇAM.	0,00	0,00	
...JUROS E ENCARGO DA DÍVIDA	0,00	0,00	
..OUTRAS DESPESAS INTRAORÇAM.	0,00	0,00	
.RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	

Muito embora dentro dos limites, os gastos com pessoal precisam ser observados.

A não realização de convênios afetou diretamente os investimentos no município.

<b>COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA</b> <b>Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 2º inciso</b>		
<b>RECEITAS</b>	<b>TIPO DE RENÚNCIA</b>	<b>MEDIDA DE COMPENSAÇÃO</b>
IPTU	Lei de isenção para a população de baixa renda.	A inadimplência e isenções já constam da estimativa da Receita.
ISS	Não haverá	
IRRF	Não haverá	
ITBI	Não haverá	
Dívida Ativa	Lei de remissão conforme previsto no CTN e na LRF, artigo 14.	Receita prevista já deduz esta possibilidade
Multas e Juros de Mora dos Tributos	Lei de isenção	Receita prevista já deduz esta possibilidade
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	Lei de anistia para juros e multa na fase de cobrança amigável	Receita prevista já deduz esta possibilidade

<b>ANEXO DE RISCOS FISCAIS</b> <b>Lei Complementar 101/2000 artigo 4º § 3º</b>			
<b>PASSIVO CONTINGENTES E OUTROS RISCOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
Queda na arrecadação do Município em relação à Receita Prevista		Redução das cotas mensais da despesa proporcionalmente	
		Redução da transferência à Câmara na mesma proporção	
Situações imprevistas: Previsão conforme texto da lei: 0,25% da RCL	57.536,17	Utilização da Reserva de Contingência	57.536,17
<b>TOTAL</b>	<b>57.536,17</b>	<b>TOTAL</b>	<b>57.536,17</b>